JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente do Conselho*MANOEL FRANCISCO BRITO — *Diretor Presidente*ROSENAL CALMON ALVES — *Diretor*WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*DACIO MALTA — *Editor*MERVAL PEREIRA — *Editor Executivo*ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*

Pajelança Parlamentar

No percurso regimental para ser aprovada, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos vai costurando casuísmos entre a Câmara e o Senado, e deixando uma impressão penosa como saldo negativo. A grande coincidência eleitoral de 1994 — reunindo na mesma cédula, na mesma data, a escolha do presidente, dos governadores, de dois senadores, deputados federais e estaduais — autoriza a suspeita de grande pajelança política. Vai ser difícil tornar moralmente palatável para o eleitor a aprovação final da LOPP, se o Congresso não se der conta do nível de exigência da opinião pública diante do que lê e ouve a respeito.

Depois do Senado, o substitutivo José Fogaça para a LOPP volta à Câmara, para nova rodada, antes de subir à sanção presidencial. Nesse trajeto, avivou-se a desconfiança de que os parlamentares ainda não se conscientizaram do grau de desmoralização que sobrecarrega a atividade política. Depois do que a Câmara revelou, através da CPI da Corrupção e da sua consequência política, o *impeachment* presidencial, a opinião pública acreditou que o Congresso saberia revestir as suas decisões políticas de um cuidado que não observava antes.

Não é apenas o afastamento de um presidente eleito a medida do avanço político brasileiro: os cidadãos estavam certos de que os políticos não apenas iam mudar o comportamento geral, como providenciariam medidas saneadoras para acabar com o festival de vantagens a que se acostumaram. Não passou pela cabeça dos eleitores, por exemplo, que depois de depor um presidente da República o Congresso fosse providenciar para os partidos políticos uma lei orgânica só para constar, e que ficasse para ser aplicada mais adiante. As eleições previstas para 1994 coincidem também na circunstância de que não se beneficiarão das normas que a Câmara e o Senado estão aprovando.

Qual o sentido dessa manobra? Nenhum, exceto naturalmente confirmar na opinião pública a desconfiança de que se trata de farsa. Mais uma. Não há outra palavra para a ressalva de que as normas não valerão para 1994. Os eleitores continuam estarecidos pelas revelações de que as chamadas sobras de campanha não foram peculiaridade da eleição do ex-presidente Fernando Collor, mas uma praxe na política brasileira.

Qual a razão superior para o Congresso votar

uma lei eleitoral para cada eleição? São razões inferiores as do casuísmo que domina as normas eleitorais, em cada oportunidade, de acordo com as necessidades corporativistas. Se não forem resguardadas com rigor, na lei eleitoral e nas normas de funcionamento dos partidos, a entrada e a saída de doações para as campanhas, os escândalos reverterão cada vez mais gordos em desfavor da própria democracia.

Por que jogar para a frente a necessidade de moralização política? Para engrossar a falácia de que a democracia é condescendente com a imoralidade pública? Os inimigos da liberdade estão à espreita para tirar proveito político dessa indiferença pelo eleitor. A democracia não avança muito pela capacidade de afastar legalmente governantes improbos, se não for ao mesmo tempo capaz de prevenir a repetição de casos do enriquecimento ilícito mediante embolso das sobras de campanha.

Tudo que redundou no conceito deprimente que hoje se tem dos partidos políticos e dos seus representantes pede revisão imediata, a título de satisfação devida aos eleitores. As eleições que se somam para 1994 criam uma oportunidade que não devia ser perdida. Só assim se provaria que os políticos aprenderam algo com a campanha pela moralização da vida pública. Só há um modo de demonstrar: impedindo a possibilidade de repetição do que se ficou sabendo. O espírito do casuísmo que move o Congresso precisa ser revisto pela própria representação política, e não por iniciativa externa. A maior parte das normas examinadas e aprovadas, na Câmara e no Senado, não se aplicará em 1994.

Tudo que se faz para valer no futuro, como uma espécie de despedida das vantagens e privilégios, indis põe os eleitores contra os candidatos e os leva a desconfiar da própria eleição. De um ponto de vista ético, o adiamento das medidas moralizadoras e saneadoras deixa a impressão de jogo de aparências: se não são necessárias, por que votá-las? E se o objetivo é dar transparência às eleições, qual a razão para adiar sua entrada em vigor? A moralidade pública não é como o mercado futuro de ações. O pressuposto é de que eleições e partidos políticos, depois do vendaval que varreu a vida política brasileira, precisam se proteger para evitar a corrosão de credibilidade e legitimidade que os deixa abalada diante de uma crise de componentes imprevisíveis.